



# Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil

 Fabiana Faxina<sup>1</sup>  Lara Brunelle Almeida Freitas<sup>2</sup>  Salvador Dal Pozzo Trevizan<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Doutora. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju, Sergipe – Brasil. [fab\\_faxina@hotmail.com](mailto:fab_faxina@hotmail.com)

<sup>2</sup>Doutoranda. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Toledo, Paraná – Brasil. [brunellyalmeida@live.com](mailto:brunellyalmeida@live.com)

<sup>3</sup>Doutor. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, Bahia – Brasil. [salvador@uesc.br](mailto:salvador@uesc.br)

Cite como

American Psychological Association (APA)

Faxina, F., Freitas, L. B. A., Trevizan, S. D. P. (2021). Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. *Rev. Gest. Ambient. e Sust. - GeAS*, 10(1), 1-21, e16311. <https://doi.org/10.5585/geas.v10i1.16311>.

## Resumo

**Objetivo:** Analisar a sustentabilidade ambiental da comunidade Ilha Mem de Sá, Sergipe, Brasil, com base em indicadores de sustentabilidade nas dimensões social, econômica e natural.

**Metodologia:** Teve como base o modelo de avaliação de sustentabilidade de comunidades de pescadores inseridas em destinos turísticos, elaborado por Faxina (2014). O questionário foi adotado como instrumento de coleta de dados e foram entrevistados 64 representantes das 75 famílias da comunidade.

**Originalidade/Relevância:** O trabalho apresenta uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade ambiental para comunidades, o que reduz a escala de análise e permite conhecer as necessidades específicas de pequenos grupos populacionais.

**Resultados:** A comunidade atingiu nível médio de sustentabilidade ambiental, e os dados revelam carência nos meios de acesso às informações, no transporte público e na organização comunitária; baixa diversidade de oferta de trabalho; carência de capacitação profissional; fragilidades na coleta e destinação de resíduos, e distribuição desigual de água e energia.

**Contribuições teóricas/metodológicas:** Constatou-se a importância dos modelos de avaliação de sustentabilidade em pequena escala, que podem ser ferramentas úteis de monitoramento do processo de desenvolvimento, especialmente nos casos onde há uma nova atividade produtiva em curso, que tem potencial de causar impactos ambientais negativos desconhecidos pela comunidade.

**Contribuições sociais/para a gestão:** A avaliação da sustentabilidade ambiental em tela pode ser utilizada como uma ferramenta de planejamento e gestão em distintas instâncias de governança, especialmente pelas lideranças comunitárias, estimulando o empoderamento e a participação local, princípios sustentados pelo Turismo de Base Comunitária.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Comunidade sustentável. Pesca artesanal. Turismo de base comunitária.

## Environmental sustainability in fishing communities within tourist destinations: the case of Mem de Sá Island - Brazil

### Abstract

**Objective:** Evaluate the environmental sustainability of the community of Mem de Sá Island in Sergipe, Brazil, based on sustainability indicators concerning social, economic and natural aspects.

**Methodology:** It was carried out following the model for assessing the sustainability of fishing communities in tourist destinations, described by Faxina (2014). The questionnaire was chosen as a data collection instrument where 64 representatives out of 75 families in the community were interviewed.



**Originality/Relevance:** The current work exhibits an environmental sustainability assessment tool for communities, which reduces the scale of analysis and allows to know the specific needs of small population groups.

**Results:** The community has reached a medium level of environmental sustainability, and the data reveal a lack of means of accessing information, public transportation and community organization; In addition, low diversity of job opportunities, lack of professional training, weaknesses in the collection and disposal of waste, and uneven distribution of water and energy were observed.

**Theoretical/methodological contributions:** The importance of small-scale sustainability assessment models was noticed, which can be useful resources for monitoring the development process, especially in cases where there is a new productive activity underway, which has the potential to cause negative environmental impacts unknown to the community.

**Social/management contributions:** The environmental sustainability assessment can be used as a planning and management tool in different instances of governance, especially by community leaders, encouraging empowerment and local participation, principles supported by Community Based Tourism.

**Keywords:** Environment. Sustainable community. Artisanal fishing. Community-based tourism.

## Sostenibilidad ambiental en comunidades pesqueras insertadas en destino turístico: el caso de la Isla Mem De Sá - Brasil

### Resumen

**Objetivo:** Analizar la sostenibilidad ambiental de la comunidad Ilha Mem de Sá, Sergipe, Brasil, a partir de indicadores de sostenibilidad en las dimensiones social, económica y natural.

**Metodología:** Se basó en el modelo de evaluación de la sostenibilidad de comunidades pesqueras en destinos turísticos, elaborado por Faxina (2014). Se adoptó el cuestionario como instrumento de recolección de datos y se entrevistó 64 representantes de las 75 familias de la comunidad.

**Originalidad/Relevancia:** El trabajo presenta una herramienta de evaluación de la sostenibilidad ambiental para las comunidades, que reduce la escala de análisis y permite conocer las necesidades específicas de pequeños grupos poblacionales.

**Resultados:** La comunidad alcanzó un nivel medio de sostenibilidad ambiental y los datos revelan falta de medios de acceso a la información, transporte público y organización comunitaria; baja diversidad de la oferta laboral; falta de formación profesional; debilidades en la recolección y disposición de residuos y distribución desigual del agua y la energía.

**Contribuciones teóricas/metodológicas:** Se delimitó la importancia de los modelos de evaluación de la sostenibilidad en pequeña escala, los cuales pueden ser herramientas útiles para monitorear el proceso de desarrollo, especialmente en los casos en que existe una nueva actividad productiva en curso, la cual tiene el potencial de generar impactos ambientales negativos desconocidos por la comunidad.

**Contribuciones sociales/para la gestión:** Esta evaluación de la sostenibilidad ambiental puede ser utilizada como herramienta de planificación y gestión en diferentes instancias de gobernanza, especialmente por parte de líderes comunitarios, estimulando el empoderamiento y la participación local, principios apoyados por el Turismo Comunitario.

**Palabras clave:** Medio ambiente. Comunidad sostenible. Pesca artesanal. Turismo comunitario.

### Introdução

Sustentabilidade é um termo que vem sendo amplamente utilizado nas mais distintas esferas da sociedade e escalas territoriais, adentrando planos de governo e slogan de campanhas publicitárias. Esta popularidade pode ser justificada, em partes, pela repercussão dos eventos internacionais, tais como a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano realizado em Estocolmo, Suécia, em 1972, e a Eco Rio 92, o que desencadearam vários outros eventos, causando reflexo sobre as políticas públicas e a sociedade acerca das preocupações com a problemática ambiental.



Neste contexto, o turismo sustentável vem crescendo em popularidade nos últimos trinta anos como uma estratégia de desenvolvimento (McCool & Lime, 2001). O termo desenvolvimento sustentável, que declara o meio ambiente como o limite do crescimento, foi institucionalmente reconhecido em 1987, por meio do relatório “Nosso Futuro Comum”. Para a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), o desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Este conceito deu origem a novos instrumentos que auxiliaram nas mudanças de paradigmas nas últimas décadas, a exemplo da Carta da Terra, uma declaração de princípios básicos referentes ao respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento; e da Agenda 21, um plano de ação com as metas universalmente aceitas para o período posterior a 1992, quando foi instituída. A Agenda 21 Global passou a orientar o uso de indicadores específicos para se avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que indicadores como Produto Nacional Bruto (PNB), dos níveis de poluição ou de consumo de recursos, não são suficientes para dimensioná-la, fato que ressalta a necessidade e orienta a criação de indicadores do desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 1992). Em 2015, foi elaborado o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, onde foram determinados dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas a serem alcançadas a partir dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ONU, 2015).

Tendo como referência este cenário, foi desenvolvida uma diversidade de ferramentas, metodologias e sistemas destinados a avaliar a sustentabilidade em distintas realidades. Algumas destas ferramentas são reconhecidas internacionalmente quando se fala da avaliação do processo de desenvolvimento, a exemplo de: a Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*), cujo objetivo é calcular a área necessária para a produção de recursos suficientes destinados para o sustento de determinada comunidade (Siche et al. 2007); o método *Dashboard of Sustainability*, que simula um painel de um carro e nos mostradores apontam o desempenho das dimensões social, econômica e ambiental (Bellen, 2004); o *Barometer of Sustainability*, que combina indicadores podendo chegar à conclusão por meio da utilização de vários dados (Prescott-Allen, 1999); o *Environmental Sustainability Index* (ESI) cujo Índice de Sustentabilidade Ambiental possibilita uma comparação entre nações mais propícias a promover um desenvolvimento sustentável; o *Emergency Performance Index*, que considera como matriz a análise energética (Siche et al. 2007), e o *Bellagio STAMP*, que considera princípios para avaliação e mensuração da sustentabilidade (Pintér et al. 2012).

De acordo com Siena (2008, p. 360), vários conjuntos de indicadores têm sido



testados e aperfeiçoados, mas inexistente uma metodologia consolidada. Para o autor, uma das lacunas destas metodologias está na agregação de dados em “como escolher e priorizar ou ponderar dimensões e aspectos para, ao final, expressar o resultado em índice de desenvolvimento sustentável”.

Assim, por meio de estudos interdisciplinares que abranjam a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, esta pesquisa pretende compreender a interação homem-natureza e avaliar os efeitos dessa relação na comunidade da Ilha Mem de Sá, município de Itaporanga d’Ajuda, Sergipe, na busca do equilíbrio entre os índices das dimensões social, econômica e natural da sustentabilidade.

A título de compreensão, o conceito de comunidade é controverso e possui multiplicidade de opiniões e posicionamentos. Entretanto, pelo senso comum, possui um conceito positivo e que pode ser facilmente associado à organização social e ao bem comum. De acordo com Wirth (1973, p. 83), deve apresentar “base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades, no espaço, uma vida em conjunto fundada no parentesco e interdependência econômica, e uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses”. O autor ainda complementa que a vivência em comunidade se dá devido às coisas que os homens têm em comum.

Nisbet (1967, p. 48) ressalta a comunidade como uma “fusão de sentimentos e pensamentos, de tradição e compromisso, de adesão e volição. Pode ser encontrado em, ou expressar simbolicamente, localidade, religião, nação, raça, idade, ocupação ou cruzada. Seu arquétipo, tanto historicamente e simbolicamente, é a família, e em quase todo tipo de verdadeira comunidade a nomenclatura da família é importante”.

Logo, a ideia de comunidade adotada nesta pesquisa considera o espaço comum onde conviva um aglomerado de pessoas, sendo possível identificar as instituições que exerçam poder sobre este espaço, bem como as atividades econômicas ali predominantes. Assim, o comum, que resultaria na compreensão de comunidade aqui adotada, seria o espaço, considerando suas características físico-biológicas, as construções humanas e as relações sociais nele ocorrentes (Faxina, 2014, p. 34).

Falar de sustentabilidade ambiental em comunidade não requer apenas delimitar o que é comunidade, mas, também, o que se entende por meio ambiente. Destaca-se que, ao longo do tempo, tem sido dominante na literatura científica a noção de que este termo corresponda aos aspectos físicos que compõem o habitat dos seres vivos. Com este entendimento se manifesta, por exemplo, o Council on Environmental Quality (1997) quando argumenta que qualidade ambiental passou a significar água potável, ecossistema saudável, alimento saudável, comunidades livres de produtos tóxicos, gestão segura dos resíduos e restauração de ambientes contaminados.





No entanto, esta ideia vem passando por mudanças que procuram inserir na concepção de meio ambiente as relações que se estabelecem entre os vários componentes e seres vivos que ocupam um determinado espaço, assim como as condições de vida dos que ocupam o habitat.

Se for considerada a literatura sobre meio ambiente produzida na primeira década do Século XXI, tornou-se praticamente generalizada a ideia de que ele é constituído por um complexo de elementos abrangendo várias dimensões. Assim, a sustentabilidade ambiental envolve, pelo menos, três dimensões: a social, a econômica e a natural. (Cvelbar & Dwyer, 2013; Dias, 2003; Dwyer, 2005; Sachs, 1993; Stoddard, Pollard, & Evans, 2012). Logo, quando se tem como propósito avaliar o nível de sustentabilidade ambiental de uma comunidade, pressupõe-se que estas três dimensões devam coexistir.

Bossel (1999) argumenta que a sustentabilidade é um conceito dinâmico, que as sociedades, seus ambientes, tecnologias, culturas, valores e aspirações mudam. Assim, uma sociedade sustentável deve sustentar esta mudança, permitir que ela continue viável. Este seria o significado de desenvolvimento sustentável. Contudo, o resultado desta adaptação não pode ser predito, mesmo quando se conhecem os fatores que limitam ou permitem o desenvolvimento. Apesar da incerteza desses resultados, é necessário definir os indicadores que possam providenciar informações sobre a viabilidade do sistema, no caso deste estudo, da comunidade e de suas atividades produtivas.

Neste contexto, considerando a complexidade que envolve a sustentabilidade ambiental, o olhar adotado para o entendimento da realidade será o sistêmico, que considera as relações entre as partes de um todo maior, onde as partes não podem ser analisadas sem se considerar o todo. No sistema aberto a interação acontece não só dentro do sistema, ou seja, entre os elementos do sistema, mas também entre outros sistemas (Capra, 1996; Bertalanffy, 1975). Um sistema, de acordo com Bertalanffy (1975, p. 84), é “complexo de elementos em interação”. Os teóricos dos “sistemas” estão de acordo que o conceito de “sistema” não se limita às entidades materiais, mas pode ser aplicado a qualquer totalidade construída por componentes interagentes.

No que se refere à avaliação da sustentabilidade ambiental, conforme Faxina (2014) aplica-se, também, o princípio da equifinalidade dos sistemas abertos proposto por Capra (1996) e Bertalanffy (1975), onde o estado final – neste caso, a sustentabilidade – pode ser atingido por diferentes condições iniciais e diferentes maneiras. Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) complementam que a sustentabilidade é complexa, adaptativa e pode ser alcançada por diferentes caminhos. As políticas públicas podem ser estes distintos caminhos a se atingir a sustentabilidade. No entanto, saber quais são as políticas emergentes a serem programadas para este fim, depende do conhecimento do estado da realidade. E este estado pode ser demonstrado por meio da avaliação da sustentabilidade

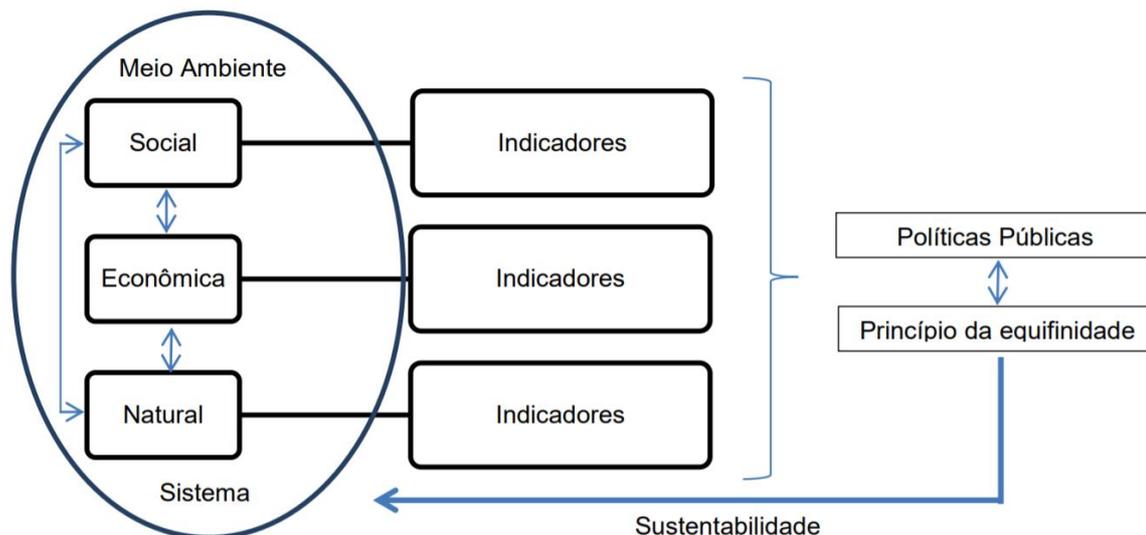




ambiental, onde o uso de indicadores permitirá verificar o resultado de cada uma das especificidades definidas para se operacionalizar tal realidade (Faxina, 2014).

A figura 1 esboça a ideia da relação sistêmica entre as dimensões da sustentabilidade, que são operacionalizadas por seus indicadores específicos, os quais servirão de subsídios para as políticas públicas em prol da sustentabilidade ambiental.

**Figura 1** – Relação sistêmica entre as dimensões da sustentabilidade.



Fonte: Faxina, 2014.

Entende-se que a sustentabilidade ambiental está relacionada sistemicamente à dimensão social, à econômica e à natural. Assim, a sustentabilidade de uma das dimensões interfere na sustentabilidade de outra e, conseqüentemente, no todo, ou seja, na sustentabilidade ambiental (Faxina, 2014).

Partindo dessas premissas, a problemática desta pesquisa consiste em saber qual o nível de sustentabilidade da comunidade da Ilha Mem de Sá e quais indicadores contribuem negativamente para este nível, tendo em vista que os indicadores com piores desempenhos são aqueles que demonstram quais áreas merecem ações prioritárias. Os indicadores para a avaliação da sustentabilidade levarão em consideração o perfil da comunidade e as suas principais atividades produtivas. No caso em tela, trata-se de uma comunidade de pescadores artesanais inserida em um destino turístico, que já foi beneficiária de ações externas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística, dado o potencial que apresenta.

Considera-se que tal avaliação constitui um importante mecanismo na construção de um processo de desenvolvimento sustentável a partir das bases, particularmente em comunidade cujas fontes de renda de seus moradores têm origem nos recursos naturais, a exemplo da comunidade deste estudo, onde a pesca artesanal e o turismo de base



comunitária compõem suas principais atividades produtivas.

Destarte, o intuito desta avaliação é justamente identificar os pontos fracos da comunidade, assim como monitorar o seu desenvolvimento, tendo em vista que uma nova atividade econômica (turismo) está surgindo. A preocupação com a forma de desenvolvimento do turismo na comunidade se dá pela fragilidade dos seus recursos naturais, assim como, da própria cultura local, onde predominam características de comunidades tradicionais. Conforme o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º., inciso I, Povos e Comunidades Tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

A modalidade de turismo que vem sendo desenvolvida na comunidade é o Turismo de Base Comunitária (TBC), que, de acordo Monkogoi (2015), tem potencial de promover um senso de propriedade dos recursos de uma comunidade, bem como sua conservação e uso sustentável. Mello, Silva e Faxina (2018) afirmam que se trata de um caminho para o empoderamento das comunidades e para que elas aprendam a gerir os problemas e as soluções do seu próprio desenvolvimento. Giampiccoli e Saayman (2017) advogam que modelos alternativos de turismo, como este, têm avançado mais no desenvolvimento de comunidades e na redução da pobreza, se comparados com o modelo convencional de turismo.

Vale salientar que o turismo se configura como uma alternativa econômica para esta comunidade e o TBC o modelo de gestão mais adequado à realidade local, especialmente devido à pesca, uma das principais fontes de renda da comunidade, ser uma atividade sazonal. No entanto, a estratégia adotada para o desenvolvimento do TBC deve ser pautada nos princípios da sustentabilidade, a fim de garantir a qualidade de vida dos moradores, assim como a conservação dos recursos naturais. A avaliação da sustentabilidade permite, então, verificar o estado da realidade da comunidade, a fim de nortear as tomadas de decisões relacionadas à própria gestão comunitária, buscando maximizar os impactos ambientais positivos e minimizar os negativos.

Neste sentido, a avaliação da sustentabilidade poderá ser utilizada como mecanismo para que os gestores públicos e a própria comunidade identifiquem quais as ações primordiais a serem desenvolvidas, quando da elaboração de políticas públicas, primando pelo bem-estar social, uso equilibrado dos recursos naturais e garantia da manutenção dos serviços ambientais. Esta avaliação é importante por se tratar de uma comunidade de pescadores artesanais que dependem essencialmente dos recursos naturais para sua sobrevivência e que o turismo, como atividade econômica que vem sendo desenvolvida





mais recentemente, também depende destes recursos, que compõem a atratividade local. Além disso, também servirá como um instrumento de planejamento e gestão, que permitirá periódicas avaliações da sustentabilidade do desenvolvimento local.

## **Metodologia**

### *Caracterização da área de estudo*

A Ilha Mem de Sá pertence ao município de Itaporanga d'Ajuda, Sergipe, que faz limite com a cidade de Aracaju, capital do Estado. É margeada pelo rio Vaza-Barris e está inserida na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do estado de Sergipe. Esta categoria de unidade de conservação, de acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, está no grupo das Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2000). No período da coleta de dados, a comunidade era formada por 75 famílias.

Localiza-se em região estuarina, composta por ecossistemas de baixada litorânea como mata atlântica, restinga e mangue, o que possibilitou que a comunidade da Ilha tirasse seu sustento por meio da pesca e da mariscagem, ao longo dos anos, demonstrando a interação dos moradores com os ecossistemas locais (Souza, Braghini & Araújo, 2010). Esta interação reflete a relação que a comunidade tem com os recursos naturais, enquanto base de subsistência material.

Historicamente, as atividades econômicas desenvolvidas na comunidade são a pesca e agricultura de subsistência, produção de farinha e, mais recentemente, o turismo (Silva & Faxina, 2019).

A importância da pesca é refletida na cultura local, como é o caso da Festa do Caranguejo, considerada patrimônio pela comunidade, e da gastronomia, que é conhecida pelos pratos derivados de caranguejo-uça, aratu vermelho, camarão e peixes. A cultura local e o estilo de vida, marcado pelo conhecimento tradicional, caracterizam a identidade da comunidade e somam-se às atrações turísticas locais, evidenciando a estreita relação entre as atividades produtivas da pesca artesanal e do turismo de base comunitária.

Outra manifestação cultural que deve ser registrada é o Samba de Coco que, de acordo com Mello, Silva e Faxina (2018), o TBC estimulou a busca pela ancestralidade cultural africana na comunidade e as apresentações desta dança, que estava sendo esquecida no tempo, agora também ocorrem em espaços culturais de Sergipe, Brasil, e para grupos turísticos que visitam a Ilha Mem de Sá. Verifica-se que o TBC colaborou para o resgate cultural local.

Além da cultura, as paisagens que compõem o cenário da Ilha e os passeios de barco são elementos que agregam potencial turístico à comunidade, despertando interesse nos visitantes, especialmente do segmento de ecoturismo, turismo de natureza, turismo





gastronômico e cultural.

Verifica-se que as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade dependem estritamente dos recursos naturais e o seu uso sustentável é essencial para que a mesma possa manter seus meios de subsistência.

### *Procedimentos metodológicos*

Para se atingir o objetivo geral desta pesquisa foram seguidas três etapas, cujos procedimentos metodológicos serão descritos na sequência. Na primeira etapa da pesquisa ocorreu a definição dos indicadores que compuseram o modelo de avaliação da sustentabilidade de comunidades de pescadores artesanais inseridas em destinos turísticos, como se caracterizou a área desta pesquisa. Aqui utilizou-se como base o modelo desenvolvido na tese de doutorado intitulada “Avaliação da sustentabilidade ambiental de comunidades de pescadores inseridas em destinos turísticos”, de Faxina (2014), no Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil.

No modelo proposto por Faxina (2014), a fundamentação teórica e a legislação ambiental foram as principais norteadoras para a escolha dos indicadores, o que resultou na identificação dos que melhor representaram e operacionalizaram as dimensões social, econômica e natural da sustentabilidade.

Para a pesquisa em tela, alguns ajustes nos indicadores foram feitos para melhor adequar à realidade estudada. Tais ajustes ocorreram com a participação da comunidade, por meio de oficinas, no ano de 2013, que buscaram compreender suas demandas no que tange à qualidade de vida humana e dos recursos naturais, adotando uma técnica parcialmente *bottom up*. Assim, os fundamentos teóricos utilizados por Faxina (2014) foram mantidos e as variáveis, por dimensão, discretamente adaptadas, como observa-se no Quadro 1.

**Quadro 1** – Dimensões da sustentabilidade, respectivas variáveis e fundamentação teórica

<b>Dimensão</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Fundamentação teórica</b>
Social	Identidade local, organização comunitária, confiança nas autoridades, segurança, saúde, acesso à informação e transporte público.	Teoria do Capital Social (Coleman, 1988; Portes, 2000; Weber, 1973)
Econômica	Renda, trabalho, qualificação profissional, Recolocação no mercado de trabalho, capacitação profissional.	Teoria do Materialismo Histórico (Marx, 1978)
Natural	Separação de resíduos sólidos, destinação de resíduos sólidos, coleta de resíduos sólidos, acesso à água potável, distribuição de água, distribuição de energia.	Teoria da Modernização Ecológica (Spaargaren & Mol, 1999).

**Fonte:** Adaptado de Faxina (2014).



Os parâmetros para cada indicador foram organizados em escala de 1 a 5, o que corresponde gradativamente a cada indicador, de acordo com a condição que partiu do menos aceitável (1) ao mais aceitável (5) perto de um ideal de sustentabilidade. O escore de cada indicador foi calculado por meio da média aritmética dos dados obtidos com a pesquisa de campo. O índice de sustentabilidade de cada dimensão se deu com base na média aritmética do resultado de cada indicador e o nível de sustentabilidade ambiental, com base na média aritmética do resultado de cada dimensão (Faxina, 2014).

O quadro 2 apresenta a escala do nível de sustentabilidade ambiental.

**Quadro 2** – Escala dos índices das dimensões de sustentabilidade e do nível de sustentabilidade ambiental

Nível de sustentabilidade ambiental	Valor absoluto
Muito baixo	1,00 —  1,80
Baixo	1,80 —  2,60
Médio	2,60 —  3,40
Alto	3,40 —  4,20
Muito Alto	4,20 — 5,00

Fonte: Faxina, 2014.

Na segunda etapa, depois de adaptar o modelo, o mesmo foi estruturado em formato de questionário fechado e procedeu-se à coleta de dados com a comunidade. Foi realizado o censo com a população local. Para tanto, foi considerado sujeito desta pesquisa o responsável pela família, na ausência dele, o segundo responsável, sendo que apenas um membro por família respondeu ao questionário. Por considerar que cada família ocupava uma residência, a unidade amostral desta pesquisa foi o domicílio residencial. Foram entrevistados 64 sujeitos de pesquisas, no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, o que representou 64 famílias. Poucas são as residências não havia moradores, mesmo retornando várias vezes a campo.

Depois de colhidos os dados, os mesmos foram tabulados no programa *Microsoft Excel* 2010. Na sequência, foram analisados. Nesta, que foi a última etapa da pesquisa, obteve-se o índice de sustentabilidade em cada uma das suas dimensões – social, econômica e natural – e o nível de sustentabilidade ambiental da comunidade da Ilha Mem de Sá.

Além disso, também foi possível identificar quais os indicadores que pesaram negativamente para o nível de sustentabilidade ambiental. De posse destes resultados, tornou-se possível, então, conhecer quais as áreas que demandam melhorias na comunidade. Concluída a análise dos dados, os resultados foram apresentados à comunidade por meio de uma reunião com lideranças locais.





## Resultados e discussões

Nesta sessão serão apresentados os resultados da análise da sustentabilidade ambiental da Ilha Mem de Sá na dimensão social, econômica e natural. Na Tabela 1 estão dispostos os indicadores que operacionalizaram a dimensão social, seus respectivos escores médios e o índice da dimensão.

**Tabela 1** – Indicador de sustentabilidade ambiental, por variável, na dimensão social e respectivos escores médios, Ilha Mem de Sá, 2014

Variável	Indicador	Escore
Identidade local	Interesse em continuar residindo na comunidade	3,88
Organização comunitária	Participação em discussões coletivas	2,84
Confiança nas autoridades	Atendimento das reivindicações da comunidade pelos órgãos públicos	2,98
Segurança	Tranquilidade e segurança para crianças brincarem nas ruas	4,86
Saúde	Modo de atendimento de saúde	3,67
Acesso à informação	Meio de acesso à informação	2,18
Transporte público	Opinião sobre o acesso aos meios de transporte público	2,56
<b>Índice da dimensão social</b>		<b>3,28</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2014.

Observa-se, de acordo com a Tabela 1, que apenas um dos indicadores apresentou muito alto desempenho, que foi o relacionado com a segurança na comunidade, medido por meio do sentimento de tranquilidade e segurança para as crianças brincarem nas vias públicas. Acredita-se que este sentimento é favorecido pelos laços de parentesco e amizade entre os moradores, por ser uma comunidade pequena e por sua localização insular, o que limita o acesso de pessoas não residentes.

O segundo indicador com melhor desempenho foi o relacionado à identidade local, verificado pelo interesse de os entrevistados continuarem residindo na comunidade, atingindo escore de 3,88. Vale ressaltar que a identidade local é muito importante quando se pensa em desenvolvimento do turismo de base comunitária, pois ela é um dos fatores que assegurará a autenticidade da atratividade local.

Tanto o sentimento de segurança quanto a identidade local, indicadores com melhores desempenhos na dimensão social, reforçam os laços interpessoais e os “comuns” que caracterizam este povoado com uma comunidade de fato.

Por outro lado, alguns indicadores apresentaram desempenhos baixos. O que apresentou o pior desempenho foi o acesso à informação (2,18), o que indica a limitação das formas pelas quais a comunidade acessa a informação, seguido por opinião sobre o acesso aos meios de transportes públicos (2,56) e organização comunitária, medido por





meio da participação em discussões coletivas (2,84).

A comunidade da Ilha Mem de Sá não é servida por transporte público. Por se tratar de uma ilha, seus moradores enfrentam dificuldades para se locomover para outras localidades, tais como para a sede do próprio município ao qual pertencem. O deslocamento mais econômico é feito por embarcações até Porto dos Caibros, em Itaporanga d’Ajuda, o que dura aproximadamente dez minutos de travessia. Deste porto para a área urbana não há transporte público. Também existe outra opção de travessia até a Orla Pôr do Sol, localizada no município de Aracaju, capital do estado de Sergipe, e que é muito utilizada pelos visitantes que chegam à comunidade. Este local é servido por transporte público, contudo a travessia até lá é mais onerosa e demorada, durando aproximadamente quarenta minutos. Este “isolamento” dificulta o cotidiano dos moradores da comunidade e, até mesmo, a escoação do pescado, que é uma das principais fontes de renda local.

No que se refere à participação em discussões coletivas, indicador que também apresentou baixo desempenho, Jacobi (1999, p. 37) afirma ser um “importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, na medida em que a superação das carências acumuladas depende basicamente da interação entre agentes públicos e privados, no marco de arranjos sócios institucionais estratégicos”.

A participação, enquanto indicador de organização comunitária, é importantíssima de ser avaliada por se tratar de um dos princípios do TBC (Faxina & Freitas, 2020; Lindström & Larson, 2016; López-Guzmán et al., 2011; Lucchetti & Font, 2013). Por meio dela, é possível amenizar conflitos de interesses inerentes ao modelo neoliberal de livre mercado, e, quando balizada por valores éticos, determinam a filosofia do planejamento turístico sustentável e contribuem para a construção de localidades sustentáveis, sobretudo no que se refere à avaliação contínua das ações desenvolvidas (Burns, 2004; Gunn & Var, 2002; Hall, 2008).

Assim, o baixo nível de participação reflete, em partes, no quanto as reivindicações da comunidade são atendidas pelo poder público, outro indicador que apresentou desempenho médio (2,98). Esses dados revelam a necessidade de melhoria das arenas de participação, o que ocorreria por meio da existência e/ou efetividade das instâncias de governança local, a exemplo de associações e cooperativas. A fragilidade da organização comunitária também foi revelada em outras comunidades que tem iniciativas de TBC em diferentes estágios de evolução, a exemplo da comunidade de Pontal (Faxina & Freitas; 2020) e comunidade de Terra Caída (Faxina & Freitas, 2021), localizadas no município de Indiaroba, Sergipe, mesmo estado em que se situa a área deste estudo.

Embora o modo de atendimento de saúde tenha atingido desempenho médio (3,67), as características geográficas da comunidade despertam a atenção para este resultado, especialmente pelo “isolamento” da população e pelos precários meios de deslocamento ali existentes, o que pode agravar uma ocorrência que requeira pronto atendimento.





O índice da dimensão social (3,28) demonstra que há fragilidades que podem ser identificadas pelos indicadores que atingiram os mais baixos desempenhos, como descritos. Neste sentido, se faz necessário que as políticas públicas orientadas para a área deste estudo priorizem a melhoria do acesso à informação, dos meios de transporte público, e estimule o fortalecimento da organização comunitária. Quanto à esta última variável, ressalta-se que, por meio da instituição de cooperativas e associações, que são modos de organização comunitária, é possível fortalecer as atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade, como a pesca artesanal e o turismo de base comunitária. De acordo com Mohamad e Hamzah (2013), uma cooperativa comunitária gerencia com eficácia os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais da população local.

No que se refere à dimensão econômica, seus indicadores e respectivos escores médios, assim como o índice da dimensão estão dispostos na Tabela 2

**Tabela 2** – Indicador de sustentabilidade econômica, por variável, na dimensão econômica e respectivos escores médios, Ilha Mem de Sá, 2014

Variável	Indicador	Escore
Renda familiar	Média da renda familiar	3,43
Trabalho	Busca por atividades remuneradas	3,89
Recolocação no mercado de trabalho	Facilidade para mudança de emprego	1,56
Capacitação profissional	Participação em cursos de treinamento profissional	1,77
<b>Índice da dimensão econômica</b>		<b>2,67</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2014.

Observa-se, de acordo com a Tabela 2, que o indicador da dimensão econômica com desempenho mais alto (3,89) foi o relacionado ao trabalho, medido por meio da busca por atividades remuneradas. Este indicador reflete que os entrevistados e suas famílias, em grande parte, conseguem se ocupar com as atividades ofertadas na própria comunidade. Por outro lado, o indicador que apresentou pior desempenho foi o de recolocação no mercado de trabalho (1,56), o que indica a limitação local na diversidade da oferta de emprego e outras ocupações remuneradas. Este indicador mede a percepção do entrevistado sobre a facilidade em trocar de trabalho ou, caso ele ficasse desempregado, se encontraria outro trabalho com facilidade.

Estes achados podem ter relação com o caráter tradicional das atividades produtivas ali desenvolvidas, que são ensinadas de pai para filho ao longo de gerações, a exemplo da pesca e da agricultura, concentrando-se sempre nas mesmas atividades e limitando sua diversidade. Se por um lado conserva a tradição, por outro limita a oferta de trabalho. Contudo, o turismo, que é contemporâneo na comunidade, se destaca como uma alternativa





para diversificar a oferta de trabalho, complementar a renda e valorizar essas próprias atividades tradicionais. Essa ideia corrobora com Giampiccoli e Kalis (2012), ao afirmar que as famílias pobres nas áreas rurais atendem às suas necessidades por meio de uma combinação de estratégias de subsistência, e o TBC é visto como um meio adicional de atender a estas necessidades.

O segundo indicador com melhor desempenho (3,43) foi o relacionado à renda familiar, caracterizado principalmente pela ocupação com a pesca artesanal e a mariscagem, mas também considerou benefícios de programas governamentais como os de transferência de renda (por exemplo o bolsa família) e aposentadoria.

No que se refere à capacitação profissional, indicador com segundo pior desempenho (1,77), constata-se que é um dos gargalos quando se pensa no preparo para o mercado de trabalho. Embora haja relatos de que alguns cursos já tenham sido ofertados na comunidade, verifica-se a necessidade de continuidade nesta oferta, visto que muitos não participaram de quaisquer destes cursos nos últimos cinco anos. Além disso, para que a comunidade empreenda no turismo, ainda que no modelo de gestão de base comunitária, a capacitação profissional é imprescindível para prepará-la para otimizar os impactos positivos e, ao mesmo tempo, protegê-la dos riscos envolvidos em todas as dimensões da sustentabilidade. De acordo com Gascón (2013), se as comunidades não possuírem bases para tomada de decisões de acordo com seus interesses, estas ações de treinamento sempre serão escassas, dada a complexidade do turismo.

O processo de tomada de decisão está diretamente relacionado com as instâncias de governança local, o que depende da organização comunitária e da criação de um ambiente participativo, onde os interesses e expectativas da comunidade possam ocupar as pautas de discussão e reivindicação. Assim, observando o que diz Gascón (2013), pode-se verificar uma relação entre a média participação comunitária e a baixa capacitação profissional.

Pelo índice atingido pela dimensão econômica (2,67) sabe-se que há vulnerabilidades e, para conhecê-las, basta observar os indicadores que alcançaram os mais baixos desempenhos. Neste sentido, as políticas públicas direcionadas para a comunidade da Ilha Mem de Sá deveriam priorizar a diversidade na oferta de trabalho, o que pode ser desenvolvido com mais estímulos para a atividade turística, como já comentado, e o fomento às ações de capacitação profissional.

A Tabela 3 dispõe os indicadores que operacionalizaram a dimensão natural, seus respectivos escores médios e o índice da dimensão.





**Tabela 3** – Indicador de sustentabilidade natural, por variável, na dimensão natural e respectivos escores médios, Ilha Mem de Sá, 2014

Variável	Indicador	Escore
Separação de resíduos sólidos	Prática de separação do lixo	3,8
Destinação de resíduos sólidos	Destino final do lixo	1,0
Coleta de resíduos sólidos	Frequência da coleta de lixo	1,02
Acesso à água potável	Modo de abastecimento de água	3,18
Distribuição de água	Frequência da falta de água	2,83
Distribuição de energia	Frequência da falta de energia	2,67
<b>Índice da dimensão natural</b>		<b>2,42</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2014.

Observa-se, de acordo com a Tabela 3, que apenas um indicador apresentou alto desempenho, que foi o relacionado à separação de resíduos sólidos, medido por meio da prática de seleção do material residual nas residências, atingindo escore 3,8. O segundo indicador com melhor desempenho foi o relacionado ao acesso à água potável, verificado pelo modo como é feito o abastecimento de água nas residências, que atingiu o escore 3,18.

Os indicadores relacionados aos resíduos sólidos foram os que apresentaram os mais baixos desempenhos. O destino final do lixo atingiu o escore mais baixo possível, 1,0, e o segundo mais baixo foi a frequência com que tal lixo é coletado, cujo escore foi 1,02. A comunidade da Ilha Mem de Sá não tem acesso à coleta de lixo domiciliar diária. O lixo doméstico é depositado em contentores e eventualmente é levado em barcos, pelos próprios moradores, até o Porto dos Caibros, onde é recolhido pelo serviço de coleta da prefeitura. A frequência estimada para essa coleta é semanal, conforme informações prestadas pelos entrevistados.

A coleta do lixo permite considerável melhoria na qualidade ambiental e torna-se essencial para a proteção da saúde da comunidade e do seu entorno, reduzindo casos de doença. Entretanto, não é suficiente para extinguir efeitos oriundos da inadequada destinação do lixo, como, por exemplo, a contaminação dos recursos naturais. Devido à ausência de um serviço de coleta diária, os entrevistados relataram que parte do lixo é queimada e/ou depositada em terrenos baldios e corpos hídricos. Tais práticas são inadequadas e alarmantes por gerarem impactos ambientais negativos, o que pode comprometer as condições dos recursos naturais utilizados como fonte de subsistência da própria comunidade. Além da contaminação dos recursos naturais, a poluição visual causada pela disposição inadequada de resíduos é um impacto negativo que compromete a estética da comunidade, o que pode interferir na atratividade turística local. A coleta periódica e destinação adequada do lixo são fundamentais para a preservação da qualidade ambiental e da saúde da comunidade.





A análise destes dados, associada aos relatos de entrevistados, permite inferir que a separação do lixo, que demonstrou ser o indicador com melhor desempenho nesta dimensão, ocorre a fim de reduzir o volume que é destinado ao serviço de coleta. Desta forma, parte dos papéis e de outros materiais é queimada, assim como parte do resíduo orgânico é despejada no solo, mangue e rio.

As frequentes falta de água e de energia (2,83 e 2,67 respectivamente) foram indicadores que atingiram escores médios, indicando insuficiência na infraestrutura de distribuição destes recursos para as residências. No que se refere à água, alguns moradores relataram que chegam a ficar dias sem abastecimento, tendo que buscar água em cisternas comunitárias, mas que nem sempre está em condição própria para consumo. Alguns relataram que compram água mineral na sede do município, mas que o custo é elevado.

Constata-se que a dimensão natural (2,42) atingiu um baixo índice de sustentabilidade, o que pode ser melhor compreendido por meio da análise dos resultados dos indicadores que alcançaram os mais baixos desempenhos. Assim, as políticas públicas prioritárias para mudar este cenário seriam as que tivessem como foco o investimento em infraestrutura de saneamento básico, especialmente no que se refere à coleta e destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água potável, bem como em infraestrutura para fornecimento de energia nas residências.

Vale destacar que a carência de infraestrutura pode resultar em sérios riscos ambientais para a comunidade e agravar os impactos negativos da atividade turística, uma vez que a vinda de visitantes levaria, naturalmente, ao aumento do consumo de água, energia e da produção de resíduos e rejeitos, pressionando ainda mais os recursos locais. Assim, tais investimentos são fundamentais para viabilizar a atividade, visando o aumento da oferta de serviços e produtos turísticos e, ao mesmo tempo, garantir as condições básicas de ordenamento da comunidade em prol do bem-estar local.

Tendo como base o índice de cada dimensão, a comunidade da Ilha Mem de Sá atingiu um médio nível de sustentabilidade ambiental (2,79), como pode ser observado na Tabela 4.

**Tabela 4** – Nível de sustentabilidade ambiental da Ilha Mem de Sá, 2014

Dimensão	Índice
Social	3,28
Economia	2,67
Natural	2,42
<b>Nível de Sustentabilidade Ambiental</b>	<b>2,79</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2014.

Como verifica-se, a dimensão que mais contribuiu negativamente para este resultado



foi a natural, que apresentou o índice mais baixo (2,42) entre as que foram analisadas. Contudo, as demais dimensões se encontram em nível médio, indicando que há fragilidades locais que precisam ser sanadas para melhorar os resultados obtidos pelas dimensões e, conseqüentemente, aumentar o nível de sustentabilidade ambiental da comunidade. Assim, os indicadores têm condições de nortear objetivamente quais políticas públicas são prioritárias nesta área de estudo.

Neste contexto, as definições de tais políticas públicas estão associadas ao que Tainter (2006) afirma sobre o fato de a sustentabilidade emergir de um processo de resoluções bem sucedidas de problemas, e não está relacionada apenas às condições ambientais. Destaca-se, sobretudo, que a sustentabilidade é complexa e pode ser alcançada por diferentes caminhos (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 2010), ou seja, pela definição de diferentes políticas públicas para sanar os problemas apontados pelos indicadores. Assim, se faz necessário analisar sistemicamente a interação entre as dimensões e as variáveis das dimensões da sustentabilidade ambiental, a fim de se compreender as relações aí existentes e seus efeitos sinérgicos.

### Considerações finais

Com base nos resultados deste estudo, verificou-se que a comunidade da Ilha Mem de Sá apresenta médio nível de sustentabilidade ambiental. Logo, existem fragilidades que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores e a conservação dos recursos naturais locais. Verifica-se que a comunidade depende de melhorias das e nas suas condições de vida e de investimentos em infraestrutura de base para evitar a ocorrência de impactos ambientais negativos e garantir o bem-estar dos seus moradores.

Complementarmente, as fragilidades identificadas podem implicar no TBC, cujo desenvolvimento vem sendo estimulado nos últimos anos na comunidade por ser um modelo que amplia as oportunidades de trabalho e de complemento de renda; estimula o empoderamento e a organização comunitária e valoriza os recursos naturais e culturais locais. Assim, tem uma relação estreita com a ideia de sustentabilidade ambiental.

Durante a apresentação dos resultados da pesquisa à comunidade estudada, observou-se que o TBC se apresenta como um modelo de gestão do turismo que pode resgatar aspectos *sui generis* da identidade local, especialmente no que se refere à pesca artesanal, praticada tradicionalmente por muitos dos seus moradores. Por sua vez, o associativismo e o cooperativismo, que são formas de traduzir a organização comunitária, podem fomentar as soluções da problemática socioambiental que hoje enfrentam, ao mesmo tempo que fortalecem o protagonismo local e a convivência solidária.

No que se refere à avaliação da sustentabilidade, constatou-se a relevância tanto da



análise particularizada de cada indicador, a fim de se objetivar quais as reais demandas locais, quanto da análise sistêmica dos mesmos, o que permite compreender o efeito sinérgico de um sobre o outro, sobre a dimensão e sobre a sustentabilidade ambiental. A análise sistêmica leva à compreensão do quanto a realidade é complexa e do quanto a interação entre seus componentes reflete no todo. Já a análise de cada indicador revela os problemas específicos da comunidade e permite, por meio do escore atingido, hierarquizar as ações voltadas à sustentabilidade ambiental, tendo como base o princípio da equifinidade dos sistemas abertos.

Desta forma, o estudo permitiu constatar a importância dos modelos de avaliação de sustentabilidade em pequena escala, o que podem ser ferramentas úteis de monitoramento do processo de desenvolvimento, especialmente nos casos onde há uma nova atividade produtiva em curso, que tem potencial de causar impactos ambientais negativos desconhecidos pela comunidade. Neste sentido, ao auxiliar os processos de tomada de decisão, atua como uma ferramenta de planejamento e gestão e pode estimular o interesse pelo envolvimento e pela participação comunitária, princípios sustentados pela filosofia do TBC.

Assim, este trabalho não se limita a contribuir apenas ao campo do conhecimento científico, mas à aplicação deste, uma vez que os resultados ora apresentados poderão subsidiar as políticas públicas, norteando as tomadas de decisões nas distintas instâncias de governança. Contudo, a avaliação não deve parar por aí. Para que a comunidade se aproxime de um ideal de sustentabilidade ambiental desejado, as ações de melhorias devem ser implantadas e o monitoramento deve ocorrer periodicamente, o que gerará mais subsídios para que a comunidade continue apresentando suas necessidades, apontando as áreas prioritárias para intervenção e possa cobrar por ações que atendam aos seus interesses.

## Referências

- Bellen, H. M. V. (2004). Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade*, 7(1), 67-89.  
<http://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100005>.
- Bertalanffy, L. V. (1975). *Teoria geral dos sistemas* (2nd. ed.). Editora Vozes Ltda.
- Bossel, H. (1999). *Indicators for sustainable development: theory, method, applications. International Institute for Sustainable Development (IISD)*. ISBN 1 - 895536-13-8.  
<http://www.ulb.ac.be/ceese/STAFF/Tom/bossel.pdf>.
- Brasil. (2007). *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm).



- Brasil. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm).
- Capra, F. (1996). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Cultrix.
- Burns, P. M. (2004). Tourism planning - a third way? *Annals of Tourism Research*, 30(1), pp. 24-43. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2003.08.001>.
- CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2nd. ed.). Editora FGV.
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. (1992). *Agenda 21 Global*. <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>.
- Coleman, J. S. (1988). *Social capital in the creation of the human capital*. *The American journal of sociology*, 94, 95-120. <http://doi.org/10.1086/228943>.
- Council on Environmental Quality. (1997). *Environmental Quality: the 25th Anniversary Report of the Council on Environmental Quality*. Washington DC, US Government. Recuperado de: <https://ceq.doe.gov/docs/ceq-reports/ceq-25th-annual-report.pdf>.
- Cvelbar, L. K., & Dwyer, L. (2013). An importance e performance analysis of sustainability factors for long-term strategy planning in Slovenian hotels. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(3), 487-504. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.713965>.
- Dias, R. (2003). *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. Atlas.
- Dwyer, L. (2005). Relevance of triple bottom line reporting to achievement of sustainable tourism: a scoping study. *Tourism Review International*, 9(1), 79-938. <https://doi.org/10.3727/154427205774791726>.
- Faxina, F. (2014). *Avaliação da sustentabilidade ambiental de comunidades de pescadores inseridas em destinos turísticos* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Santa Cruz]. [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3633765](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3633765).
- Faxina, F., & Freitas, L. B. A. (2020). Agenda do turismo de base comunitária de Indiaroba, Sergipe - Brasil: Resultados de um projeto de extensão. *Tourism and Hospitality International Journal*, 14(1), 75-90. <http://thijournal.isce.pt/index.php/THIJ/issue/view/24/34>.
- Faxina, F., & Freitas, L. B. A. (2021). Análise de implantação do turismo de base comunitária em Terra Caída, Sergipe, Brasil. *Turismo, Visão e Ação*, 23(1), 242-262, <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p242-262>.
- Gascón, J. (2013). The limitations of community-based tourism as an instrument of development cooperation: the value of the Social Vocation of the Territory concept. *Journal of sustainable tourism*, 21(5), 716-731. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.721786>.



- Giampiccoli, A., & Kalis, J. H. Tourism, food, and culture: community-based tourism, local food, and community development in Mpondoland. *Culture, Agriculture, Food and Environment*, 34(2), 101–123, Doi: 10.1111/j.2153-9561.2012.01071.x.
- Giampiccoli, A., & Saayman, M. (2017). Community-based tourism, responsible tourism, and infrastructure development and poverty. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 6(2), 1-28.  
[http://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article\\_19\\_vol\\_6\\_\\_2\\_\\_2017.pdf](http://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_19_vol_6__2__2017.pdf)
- Gunn, C. A., & Var, T. (2002). *Tourism planning: basics, concepts, cases* (4th ed.). Routledge.
- Hall, C. M. (2008). *Tourism planning: Policies, processes and relationships*. Pearson Education.
- Jaafar, M., Md Noor, S., Mohamad, D., Jalali, A., & Hashim, J. B. (2020). Motivational factors impacting rural community participation in community-based tourism enterprise in Lenggong Valley, Malaysia. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 25(7), 799-812.  
<https://doi.org/10.1080/10941665.2020.1769696>.
- Jacobi, P. (1999). Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, 8(1), 31-48. <https://www.scielo.org/article/sausoc/1999.v8n1/31-48/pt/>.
- Lindström, K. N., & Larson, M. (2016). Community-based tourism in practice: evidence from three coastal communities in Bohuslän, Sweden. *Bulletin of Geography, Socio-economic Series*, 33(33), 71-78. <http://dx.doi.org/10.1515/bog-2016-0025>.
- López-Guzmán, T., Sánchez-Cañizares, S., & Pavón, V. (2011). Community-based tourism in developing countries: a case study. *Tourismos: an international multidisciplinary journal of tourism*, 6(1), 69-84.  
[http://www.chios.aegean.gr/tourism/VOLUME\\_6\\_No1\\_art04.pdf?origin=p](http://www.chios.aegean.gr/tourism/VOLUME_6_No1_art04.pdf?origin=p).
- Lucchetti, V. G., & Font, X. (2013). Community based tourism: critical success factors. *ICRT occasional paper*, 27, 1-20. <https://responsibletourismpartnership.org/icrt/>.
- Marx, K. (1978). The German Ideology. In McLellan, D. *Karl Marx: Selected Writings* (pp. 159-191). Oxford University Press.
- Max-Neef, M., Elizalde, A., & Hopenhayn, M. (2010). *Desarrollo a escala humana: opciones para el futuro* (2nd. ed.). Biblioteca CF + 5, 2010. <http://habitat.aq.upm.es/deh/adeh.pdf>.
- Mccool, S. F., & Lime, D. W. (2001). Tourism carrying capacity: tempting fantasy or useful reality? *Journal of Sustainable Tourism*, 9(5), 372-388.  
<https://doi.org/10.1080/09669580108667409>.
- Mello, J. C., Silva, E. P. S., & Faxina, F. (2018). A cultura no palco da economia: história, conceitos e aplicações no setor turístico da Ilha Mém de Sá (SE). *Revista Turismo Visão e Ação*, 20(2), 279-293. <https://doi.org/10.14210/rtva.v20n2.p279-293>.
- Mohamad, N. H., & Hamzah, A. (2013). Tourism cooperative for scaling up community-based tourism. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 5(4), 315-328,  
<https://doi.org/10.1108/WHATT-03-2013-0017>.
- Monkgogi, L. 2015. Challenges facing community-based cultural tourism development at Lekhubu Island, Botswana: a comparative analysis. *Current issues in tourism*, 18(6), 579 -



594. <https://doi.org/10.1080/13683500.2013.827158>.
- Nisbet, R. (1967). *The sociological tradition* (1nd. ed.). London: Heinemann.
- ONU - Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro. <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>.
- Pintér, L.; Hardib, P.; Martinuzzic, A., & Hall, J. (2012). Bellagio STAMP: Principles for sustainability assessment and measurement. *Ecological Indicators*, 17, 20-28. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2011.07.001>.
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, 33, 133-158. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/7/92.pdf>.
- Prescott-Allen, R. (1999). *Assessing progress toward sustainability: The System Assessment Method illustrated by the Wellbeing of Nations*. IUCN.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In Bursztyn, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável* (pp. 29-56). Brasiliense.
- Siche, R.; Agostinho, F; Ortega, E., & Romeiro, A. (2007). Índice versus indicadores: precisões conceituais na discussão de sustentabilidade de países. *Ambiente & Sociedade*, 10(2), 137-148. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000200009>.
- Siena, O. (2008). Método para avaliar desenvolvimento sustentável: técnicas para escolha e ponderação de aspectos e dimensões. *Produção*, 18(2), 359-374. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132008000200012>.
- Silva, E. P. S., & Faxina, F. (2019). Um museu comunitário: construção do atrativo turístico na Ilha Mem de Sá - Sergipe - Brasil. *Tourism and Hospitality International Journal*, 12(1), 70-81. <http://thijournal.isce.pt/index.php/THIJ/issue/view/22/27>.
- Souza, C. S.; Braghini, C. R., & Araújo, L. F. (2010). Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'ajuda (SE). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 3(2), 235-248. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2010.v3.5883>.
- Spaargaren, G., & Mol, A. P. J. (2000). *Modernização ecológica: uma teoria de mudança social* (Salvador D. P. Trevizan, Trans.). Editus.
- Stoddard, J. E., Pollard, C. E., & Evans, M. R. (2012). The triple bottom line: a framework for sustainable tourism development. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 13(3), 233-258. <https://doi.org/10.1080/15256480.2012.698173>.
- Tainter, J. A. Social complexity and sustainability. (2006). *Ecological complexity*, 3, 91-103. <https://doi.org/10.1016/j.ecocom.2005.07.004>.
- Wirth, L. Delineamento e problemas da comunidade. In Fernandes, F. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- Weber, M. (1973). Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In Fernandes, F. *Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. Editora Nacional e Editora da USP.

